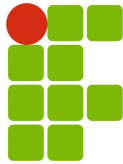


CONSELHO ACADÊMICO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

ATA DA 14ª REUNIÃO

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às nove horas e dez minutos, na sala de reuniões da Reitoria, teve início a 14ª Reunião do Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (CAEG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, em segunda chamada. Estavam presentes a Pró-Reitora de Ensino de Graduação, professora Mônica Romitelli de Queiroz, que presidiu a reunião, os coordenadores de curso: professor Guilherme Veloso M. de Almeida Vilela, Licenciatura em Química (CDuC), professora Leila Pontes, Curso de Biologia/Biotecnologia (CMar), a professora Érica da Cruz Faria Lemos - CST em Processos Químicos (CMar), professor Paulo Roberto de Assis Passos - CST em Gestão Ambiental (CMar), a professora Denise de Castro - Licenciatura em Química (CNil); o professor André Tenório Leite - Licenciatura em Física (CNil); o professor Wallace Vallory Nunes - Licenciatura em Matemática (CNil), a professora Renata Silêncio de Lima – CST em Produção Cultural (CNil), o professor Elton Flach - CST em Gestão da Produção Industrial (CNil), a professora Janaína Dória L. Soares - curso de Farmácia (CReal), a professora Ednéia Leme - curso de Fisioterapia (CReal), a professora Renata Arruda Barros - Licenciatura em Matemática (CVR) e o professor Marco Aurélio do Espírito Santo - Licenciatura em Física (CVR) e a professora Priscila Marques de Siqueira, coordenadora da Comissão de Elaboração do Regulamento do Ensino de Graduação e Presidente da Comissão de Reestruturação da Comissão Própria de Avaliação (CPA). A reunião teve início com os informes da Prograd, primeiro ponto de pauta. Mônica anuncia a presença dos representantes do Conselho Acadêmico de Ensino Técnico (CAET), membros da Comissão de Capacitação desse conselho, professor Ademário da Silva Junior (coordenador da comissão) e a Pró-reitora Adjunta de Ensino Técnico, professora Rachel Oliveira Nasser, que vieram apresentar a proposta de política institucional para capacitação e formação continuada de professores, submetida e aprovada no CAET. Durante a apresentação, desenvolveram os fundamentos, os conceitos e a filosofia da proposta, bem como o histórico de iniciativas isoladas de formação e planejamento pedagógico nos Campi. O escopo da proposta é a oferta de cursos internos de atualização e aperfeiçoamento, numa periodicidade semestral, preferencialmente na semana de planejamento, opcionais e considerados como hora trabalhada, ministrados preferencialmente por professores da instituição ou profissionais convidados, constituindo-se em cursos de 2 a 5 dias, entre 6 a 40 horas de duração, com aulas práticas, quando necessário, de caráter presencial, semipresencial ou à distância. Julgam que essa proposta pode contemplar os demais servidores, desde que haja interesse e participação. Tal proposta favoreceria a troca de experiências entre os campi e o compartilhamento de uma infraestrutura comum, aumentando a chance de viabilização. Seriam emitidos certificados a partir do rendimento de 70 % (avaliação) e 75% de presença, garantindo-se o transporte dos interessados ao local de oferta e a participação interdisciplinar. Propõem-se a criação de uma infraestrutura de logística, com calendário semestral, que organizasse as propostas e pedidos de cursos, promovesse a interligação de interesses e a divulgação dos cursos, concentraria inscrições, acompanhamento, divulgação do fechamento dos cursos e coordenaria a logística de transportes, coordenação de frequências, avaliações e



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO DE JANEIRO

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

certificados, além de realizar a avaliação dos cursos e um relatório final. Como resultado, espera-se que os conhecimentos adquiridos sejam divulgados, multiplicados e aperfeiçoados, além do reforço dos laços institucionais e do estímulo ao desenvolvimento de projetos intercampi. Ao final da apresentação, abriu-se um período de debate, considerando que a proposta será analisada pelos conselheiros do CAEG e apreciada em outra reunião do conselho, a ser agendada. Elton relata que já conhecia o projeto e que tem dúvida de onde sairá o recurso para organizar os cursos. Ademário diz que já tem cursos acontecendo, de maneira esporádica, e que existe infraestrutura no Instituto para a realização dos mesmos. Alega que, eventualmente, pode ser discutido se haverá aporte financeiro extra, para convidados externos. Leila sugere estender essas possibilidades para servidores, mostrando a importância disso para os técnicos de laboratórios, por exemplo. Cita que no Campus Maracanã sempre manteve a semana de planejamento, mas o calendário apertado tem causado a diminuição desse período. Ademário alega que seria interessante incluir os técnicos de laboratórios e demais servidores, mas entende que estes devem se envolver com a proposta e organizar suas demandas, ou seja, é necessário participação e engajamento. Alega que existe espaço no calendário acadêmico para a realização dessas atividades. Rachel complementa que os cursos podem ser fora da semana de planejamento, mas que por questões de logística, seria mais fácil de organizar nesse período. Mônica questiona a possibilidade do CAEG contribuir com o projeto já que o mesmo fora apreciado e aprovado pelo CAET. Ademário confirma a possibilidade de agregar eventuais contribuições do CAEG e dos demais conselhos Institucionais. Mônica aponta a pertinência da proposta e sugere a criação de uma comissão para analisar e contribuir com adendos à proposta original. Priscila cita que o ex- Pró-Reitor de Administração e Planejamento (Proad), Amaro Falker, estava montando um grupo de trabalho para a discussão da formação permanente dos servidores. Ademário não tem conhecimento sobre essa iniciativa. Deseja que esse assunto seja encaminhado ainda no 1º semestre letivo, pois os mandatos da comissão de capacitação do CAET se encerrarão nessa época. Rachel cita o desejo de que essa proposta seja mais ampla. Coloca-se à disposição para buscar informações sobre o GT da Proad. Ademário cita a máxima do conhecimento disperso e das iniciativas isoladas, como fatores a serem evitados. Tenório cita que a proposta é interessante e transcende o CAET, pontuando que os gestores devem decidir qual a capacitação que esses técnicos devem ter, segundo a perspectiva institucional, o que caracterizaria a necessidade dessa política ser uma iniciativa da instituição. Por isso julga incompleta a proposta apresentada. Ademário destaca a importância do CAET em consolidar essa proposta e destaca que deve haver uma articulação maior com as demais pró-reitorias. Assim, essa proposta pode ser parte de uma proposta geral, institucional. Por isso diz que a proposta não está fechada e que a mesma instiga o debate institucional. Mônica sugere encaminhamentos, considerando o cronograma para levar ao Conselho Superior até o final do período. Ademário solicita que, ao constituir a comissão do CAEG se faça um contato com a comissão do CAET para que haja comunicação entre as mesmas. Mônica informa que irá encaminhar a proposta para os conselheiros. Retomando os informes da Prograd, Mônica fala a respeito do Processo Seletivo Discente 2011, via SiSU, para provimento de 100% das vagas para os cursos de graduação ofertados pelo IFRJ. Foi apresentado um panorama do processo e destacado o procedimento de Chamada Oral (Edital 06/2011) a partir dos candidatos que optaram em permanecer na Lista de Espera



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

SiSU 2011.1. Foi informado que novo edital estaria sendo elaborado para preencher possíveis vagas remanescentes ainda existentes. Destacou que esse modelo de processo está em consolidação e a importância de que todos contribuam para o aperfeiçoamento do mesmo. Informa que irá sistematizar as informações desse processo seletivo e orientará os procedimentos a serem utilizados nas reclassificações voltadas ao preenchimento das vagas remanescentes. A Pró-Reitora informou, também, sobre o andamento dos processos de reconhecimento de curso, anunciando a conclusão do preenchimento do formulário INEP de reconhecimento do Curso de Farmácia e a abertura dos formulários dos CST em Gestão Ambiental e em Processos Químicos, ocorrido no dia anterior. Priscila informa sobre o encaminhamento de uma proposta para Edital CAPES/PIBID 2011, constituído por subprojetos das licenciaturas dos Campi Nilópolis, Duque de Caxias e Volta Redonda. Cita, ainda, os Projetos PET, contemplados no final de 2010. Relata a reestruturação da CPA por meio do trabalho da comissão constituída pela Reitoria. Destaca a importância da CPA para a avaliação dos cursos de graduação e explica a necessidade de organizar a eleição dos componentes da CPA nos Campi. Afirma que se não houver representatividade dos Campi, a CPA não irá funcionar e não poderá desfrutar de legitimidade. Informa que a comissão está preparando o material de divulgação nos campi e definindo uma agenda, a partir de abril, com perspectiva de termos uma CPA eleita, com membros dos campi e eleição do coordenador dentre esses representantes, no mês de maio. Assim espera-se que esse processo avaliativo seja permanente e tenha continuidade. Leila pergunta se a Prograd realiza reunião com todos os professores vinculados ao curso, antes da visita de reconhecimento. Mônica esclarece que a Prograd realiza reuniões nos Campi, sempre que solicitada, com diretores, coordenadores e professores, inclusive incluindo a presença de bibliotecários e demais servidores envolvidos no apoio ao ensino. A Prograd coloca-se à disposição para exercer o seu papel de orientação, acompanhamento e supervisão dos cursos, tal como estabelecido no Estatuto do IFRJ. Priscila destaca a importância de cada instância assumir o seu papel: pró-reitoria, DE e coordenação de curso. Retomando o tema apresentado pelos representantes do CAET, Mônica questiona o interesse do CAEG em contribuir com a proposta. Denise entende que há muitos temas que são de interesse dos professores de graduação. Relata que essa proposta foi discutida no Campus e que é necessário consolidar proposta de interesse da graduação. Elton explica que a leitura do projeto mostra a experiência dos componentes da comissão do CAET. Devido à atuação vertical dos professores, em todos os níveis de ensino, característica dos institutos Federais, concorda que tem que ser uma proposta que parta dos profissionais e que abranja todos os níveis, tendo diretriz institucional. Entende, assim, que a graduação deve participar, ressaltando que o IFRJ tem que propor uma meta a ser atingida pelo projeto. Ednéia, pensando nas questões da graduação, pressupõe que esse projeto deva pensar em uma formação stricto sensu, já que, cada vez mais os professores que ingressam no Instituto são jovens. Leila não concorda que a proposta apresentada seja direcionada ao ensino técnico. Pontua que a proposta surgiu de um debate interno do Campus Rio de Janeiro, e aponta para a necessidade e importância de compartilhamento de saberes. Porém, preocupa-se com o fato de que cada cargo criado implica na diminuição do tempo do professor em sala de aula. Concorda com o Tenório, que deve ser um projeto institucional. Tenório reforça que a política tem que ser mais ampla, e não pontual. Nesse ponto da reunião, foi votada a pertinência do CAEG participar da elaboração da proposta de formação continuada de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

professores, sendo esta aprovada, por unanimidade. Mônica convoca os presentes a integrarem uma comissão para discutir o assunto ou, ao menos, que haja o voluntariado de um conselheiro para sistematizar e relatar as contribuições de todos. Elton disponibilizou-se para compilar as sugestões dos conselheiros, de maneira que a proposta comum seja apresentada em uma reunião do CAEG. Estabeleceu-se o dia 15 de abril como limite para o envio de sugestões, permitindo que a proposta seja debatida na reunião do CAEG do mês de maio. A Prograd se compromete a elaborar um calendário de reuniões e enviar por email para apreciação dos conselheiros. Tenório questiona a legislação sobre capacitação docente. Priscila fala do manual do servidor no site. Renata pontua da necessidade de criação de critérios para aprovação de pedidos de capacitação. Dando continuidade à pauta, a Ata da 13ª reunião do CAEG foi submetida à apreciação dos conselheiros e aprovada por unanimidade. Seguiu-se ao terceiro ponto de pauta: a apreciação do regulamento do ensino de graduação, dando continuidade aos trabalhos realizados durante o ano letivo de 2010. No debate, foram ressaltados os seguintes pontos: Leila pontua sua preocupação com a descaracterização dos cursos de graduação, quando há um aproveitamento de estudos muito extenso. Mônica destaca a relação do tema aproveitamento de estudo com os processos de transferência externa, com a ocupação de vagas ociosas, numa perspectiva de inclusão social para a ocupação dessas vagas. Elton sugere que haja prova para os processos seletivos de transferência externa. Priscila fala das diferenças entre matrizes curriculares influenciando o tempo em que o estudante vai levar para concluir sua formação. Tenório fala da necessidade de avaliar a instituição de origem do estudante e considerar a nota do ENEM, questionando qual mecanismo iria controlar o percentual de créditos aproveitados. Leila fala da preocupação com a ocupação de vagas e sugere que o colegiado de curso defina esse percentual. Monica propõe que cada projeto de curso contenha uma proposta de percentagem máxima para aproveitamento, após discussão no colegiado. Optou-se por dar flexibilidade ao percentual de aproveitamento, que deverá ser definido no PPC. Em caso de não definição, estabeleceu-se o percentual máximo de 50%. O acesso ao sistema aula e o perfil de acesso do coordenador também foram debatidos. Dando continuidade, discutiu-se a compatibilidade de reposição das atividades práticas para os estudantes em regime domiciliar. Sobre experiência profissional dos membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos Cursos Superiores de Tecnologia, ficou decidido, por 13 votos a favor e 01 abstenção, que será exigida uma experiência mínima de dois anos no eixo tecnológico do curso. Em relação ao calendário acadêmico, Paulo defende que o calendário seja submetido à aprovação do CAEG. Mônica argumenta que tal medida é inviável, pois a definição do calendário implica na articulação de diversas instâncias, e que não há tempo e nem necessidade do CAEG deliberar sobre esse assunto. A proposta de submissão do calendário ao CAEG foi colocada em votação, e por 13 votos contrários, e 1 a favor, ficou decidido que a Prograd elaborará o calendário em consonância com as demais instâncias envolvidas, submetendo-o à homologação do Reitor. A revisão do Regulamento do Ensino de Graduação foi concluída e será encaminhada ao Reitor para homologação. Não será necessária a submissão ao Conselho Superior, já que o mesmo atribuiu ao CAEG a competência de deliberar sobre alterações e revisões dos regulamentos já existentes nesse nível de ensino. Foi solicitada a inclusão do sábado como dia letivo no manual do estudante. Nada mais havendo a registrar, eu Mônica Romitelli de Queiroz, às 17 horas e 30 minutos, encerro a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.